

APRESENTAÇÃO

O conteúdo deste dossiê pretende explicitar relações profissionais e institucionais entre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, o Departamento de Criminologia da Universidade de Ottawa e a Equipe de Antropologia Política e Jurídica da Universidade de Buenos Aires, em torno de uma temática comum, aquela voltada para os aspectos sociológicos da justiça criminal e da segurança pública.

Como se sabe, as ciências sociais e o direito, em especial nos países adeptos da chamada *civil law tradition*, apresentam, no próprio processo de construção do conhecimento das disciplinas, características que contribuem para dificuldades imensas, evidentes, sempre que se tenta operar um diálogo entre elas: enquanto as disciplinas jurídicas validam e legitimam o conhecimento por elas produzido por meio da submissão de suas *teses* aos desafios do contraditório, apoiando a vencedora, as disciplinas sociológicas o fazem pela construção gradativa de um consenso sobre os *fatos*, antes de aprovar variações sobre suas interpretações.

No caso do Brasil, a essas dificuldades de ordem epistemológica juntaram-se outras de política acadêmica, uma vez que as ciências sociais consideravam o estudo do direito um assunto menor, pois ele era ora um instrumento garantidor dos privilégios de classe que se queria denunciar e destruir, ora meio de expressão de uma normatividade que nada devia à empiria, ao contrário da disciplina sociológica; o que fazia o estudo etnográfico das práticas e “doutrinas” do direito, da justiça criminal e da segurança pública, em ambos os casos, irrelevante.

O desenvolvimento acadêmico dessa problemática, portanto, do ponto de vista antropológico, sempre esteve duplamente minado: seu objeto não tinha legitimidade político-acadêmica para as ciências sociais e não fazia nenhum sentido para as disciplinas jurídico-normativas.

Foi a partir de minha tese de doutorado, defendida em 1986, que me encontrei, de forma legitimamente acadêmica, vinculado a tal problemática. Entretanto, encontrava muito poucos interlocutores na época, em especial no que dizia respeito à utilização do método comparativo e da realização de etnografias das instituições estatais envolvidas com essa área de atividades. Basta dizer que foi apenas em 1994, na Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador, Bahia, que organizamos um primeiro fórum, batizado por nosso saudoso decano, Castro Faria, de “O Ofício da Justiça”. Mesmo nessa ocasião, seus integrantes estavam, em sua maioria esmagadora, ligados de uma forma ou de outra aos cursos de graduação ou de pós-graduação da UFF.

Assim, foi com grande satisfação que pude, nesse mesmo ano, tomar contato – por sugestão de minha amiga e colega Neusa Gusmão – com Daniel dos Santos, sociólogo angolano-luso-canadense, chefe do departamento de Criminologia da Universidade de Ottawa, com um Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais que se realizou em Lisboa. Deste encontro nasceu um convite para ir à Universidade de Ottawa, em 1996, para ministrar um curso em sua pós-graduação e participar de seminários em que outras afinidades foram-se explicitando, inclusive aquela com nosso colega brasileiro-canadense Fernando Acosta, do mesmo Departamento.

Com Sofia Tiscornia, antropóloga da Universidade de Buenos Aires, essa relação se estabeleceu, também nessa época, após a publicação de minha tese de doutorado, em seminário realizado no Centro de Ciências Humanas da UFRJ. Também daí sucederam-se convites, que inicialmente me levaram a participar de seminários na Argentina e, posteriormente envolveram-na em atividades no Brasil.

Essas relações foram-se reproduzindo, desde então, institucionalmente, de maneira ampliada, tendo-se consolidado inicialmente em convênios com a Universidade de Buenos Aires e Universidade de Ottawa e, concomitantemente, na participação sistemática desses pesquisadores nos encontros bianuais da Associação Brasileira de Antropologia, do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, da Associação Nacional de História (ANPUH) e na reunião de Antropologia do Mercosul, ocasiões em que temos co-organizado fóruns, mesas, grupos de traba-

lho, oficinas e outras modalidades de interlocução acadêmica institucionalizada.

A problemática também ganhou maior visibilidade na academia, e do pouco interesse registrado em 1994, passamos a uma posição inversa, em que temos de selecionar com cuidado e recusar com pesar trabalhos de colegas que nos são enviados tendo em vista sua excelente qualidade e extenso número. Aqui no Brasil, de maneira sistemática e institucional, temos também nos vinculado a vários centros de excelência no estudo de nossa temática, sobressaindo-se as figuras de Sergio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP; de Michel Misse, do Núcleo de Estudos sobre a Cidadania e a Violência, no IFCS/UFRJ; de Lana Lage, Sergio Azevedo e Arno Vogel, do LESCE da Uenf; de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, do Departamento de Antropologia da UnB; de Pedro Bodê de Moraes, do Núcleo de Estudos da Violência da UFPR. Fora do Brasil, note-se, além dos autores aqui publicados, as importantes contribuições de nosso saudoso e pranteado amigo e colega Isaac Joseph, do Departamento de Sociologia da Universidade de Paris X, e de René Lévy, do CESDIP/CNRS, entre outros.

Não é de menor importância o engajamento dos alunos dessas instituições nessa discussão, havendo já casos de alunos argentinos em nossos programas, assim como de nossos alunos que foram procurar no Canadá e na Argentina essas referências para desenvolverem sua formação nessa área de estudos.

Esta discussão também tomou aspectos práticos, na área de formação universitária pós-graduada de quadros profissionais, que resultaram em um curso de especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, iniciado na UFF em 2000, com recursos da Fundação Ford, por iniciativa de Elizabeth Leeds e solicitação da Escola Superior de Polícia Militar do Rio de Janeiro. O curso recebeu, em seguida, apoio do governo do estado do Rio de Janeiro e hoje é financiado com recursos do Instituto de Segurança Pública, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, dirigido também por quadros que, de uma forma ou de outra, devem parte de sua formação profissional a essas instituições acadêmicas, como Jorge da Silva e Ana Paula Mendes de Miranda. Outra fonte de recursos é a Academia de Polícia do Rio de Janeiro, pois os delegados também estão fazendo o curso este ano. Além desses policiais militares e civis, inscrevem-se no curso profissionais de diversas formações, notando-se, como relevante, alunos de cursos de mestrado em direito, sociologia e antropologia, da UFF e de outras instituições do Rio, que dese-

jam especializar-se nesta área. Os professores brasileiros deste curso de especialização são, em sua grande maioria, pesquisadores oriundos das instituições que mencionamos como nossas parceiras institucionais e temos contado, também, anualmente, com a participação de Sofia Tiscornia, Daniel dos Santos e Fernando Acosta, além de outros conferencistas nacionais e estrangeiros.

Finalmente, os textos aqui reunidos são oriundos, no caso de Daniel dos Santos e de Sofia Tiscornia, de conferências proferidas em eventos organizados por nós e, no caso de Fernando Acosta, de tradução de artigo já publicado, representando importantes contribuições em nossa área de estudos. Além de divulgá-los para o público mais amplo da *Antropolítica*, pretende-se que possam, traduzidos, ser também úteis aos alunos dos cursos de graduação e de especialização interessados nessas questões.

É com grande orgulho que os edito, como exemplos do resultado frutífero de nossas relações profissionais e institucionais nestes últimos dez anos, que emprestaram alta visibilidade acadêmica ao nosso Programa de Pós-Graduação, o qual é um dos poucos, em nossa área, a ter uma linha de pesquisa voltada para o estudo dessa problemática. É também com afeto, pois, por que não dizer, nossas relações acabaram-se estendendo ao domínio pessoal, expressando o respeito e o carinho todo especial que mantemos uns pelos outros, como colegas e amigos.

Esperamos que outros colegas, interessados em discutir aspectos dessa problemática, sejam também, no futuro, publicados nesta revista, colaborando para adensar criticamente nossa área de atuação acadêmica.